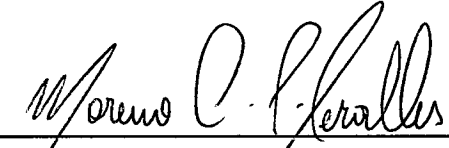
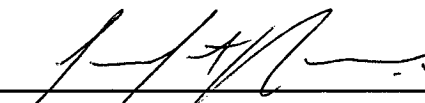


12
49**INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO****ÁREA JURÍDICA****ADVOGADO:** Moreno Castilho Pereira Peralles.**CONTRATO OCS:** nº 493/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 170/2016.**CONTRATADA:** LOPES FILHO & ASSOCIADOS CONSULTORES DE INVESTIMENTOS LTDA.**OBJETO:** fornecimento de subsídios técnicos para avaliação da situação econômico-financeira de instituições financeiras, através do Sistema de Classificação de Risco Bancário – RISKbank, conforme especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada.**VALOR:** anual de até R\$ 22.879,32 (vinte e dois mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos).**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis até o limite total de 60 (sessenta) meses.**AUTORIZAÇÃO:** do Diretor da Área de Crédito (DIR3), proferida em 27/10/2016, com base na IP AC/DERIF nº 37/2016, de 06/10/2016.**FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO DIRETA:** Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/93.**PRONUNCIAMENTO JURÍDICO:** do Departamento Jurídico da Área de Crédito, na Nota AC/DEJUCRE nº 011/2016, de 20/10/2016.**DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 01/11/2016.**CERTIDÕES VÁLIDAS NO CASO SAP: RCTD02232016**
Moreno Castilho Pereira Peralles
Advogado
AJ/JUAARH/GEJUAARH2
Cesar Santos Rodrigues
Gerente
AJ/JUAARH/GEJUAARH2
Marcelo Simon da Silva
Chefe de Departamento
AJ/JUAARH

CONTRATO OCS Nº 493/2016
Nº SAP 4400002318

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E LOPES
FILHO & ASSOCIADOS CONSULTORES DE
INVESTIMENTOS LTDA., NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP 20031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **LOPES FILHO & ASSOCIADOS CONSULTORES DE INVESTIMENTOS LTDA.**, com sede no Rio de Janeiro, na Rua Araújo Porto Alegre, nº 36, salas 805 a 812, Centro, CEP 20030-013, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 29.511.508/0001-36, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 170/2016, com fundamento no artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, autorizado em 27/10/2016, por intermédio da Informação Padronizada (IP) AC/DERIF nº 37/2016, de 06/10/2016, publicado no DOU em 01/01/2016, seção 3, página 154, conforme previsão orçamentária sob a rubrica nº 3102200020, centro de custo BN23006000 – AC/DERIF, observado o disposto na Lei nº 8.666/93, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de subsídios técnicos para avaliação da situação econômico-financeira de instituições financeiras, através do Sistema de Classificação de Risco Bancário – RISKbank, conforme especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditivo contratual, por períodos sucessivos, até o limite total de 60 (sessenta) meses.

CONTRATO OCS Nº 493/2016
Nº SAP 4400002318

Moreno C. B. Peralles
Advogado
AJ/JUAARH/GEJUAARH2

1/14

Parágrafo Primeiro

Até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual, cabe à **CONTRATADA** comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, o seu propósito de não prorrogar a vigência por um novo período, sob pena de se presumir a sua anuência em celebrar o aditivo de prorrogação.

Parágrafo Segundo

Caso a **CONTRATADA** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, ficará sujeita às penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor indicado na Cláusula Décima Segunda deste Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Único

O objeto será recebido, quando da respectiva execução, mediante Recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, sendo observado que o recebimento do objeto:

- I. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- II. não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia do serviço realizado; e
- III. não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O **BNDES** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto contratado, o valor mensal de até R\$ 1.906,61 (um mil, novecentos e seis reais e sessenta e um centavos), perfazendo um valor global de até R\$ 22.879,32 (vinte e dois mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos), conforme Proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula Sétima deste Instrumento, e a seguinte composição:

- I. até R\$ 737,01 (setecentos e trinta e sete reais e um centavo) mensais, referentes à manutenção do serviço; e

15
17

- II. até R\$ 1.169,60 (um mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta centavos), relativos à análise de até 80 (oitenta) instituições financeiras, ao custo unitário de R\$ 14,62 (quatorze reais e sessenta e dois centavos).

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto no *caput* desta Cláusula, não será devida indenização à **CONTRATADA**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quarto

Caso sejam disponibilizadas informações de instituições em quantidade inferior à estabelecida no Contrato, o **BNDES** pagará apenas pelo número de análises efetivamente fornecidas.

Parágrafo Quinto

Na hipótese de serem disponibilizadas informações de instituições financeiras em número superior a 80 (oitenta), o **BNDES** estará limitado ao pagamento relativo a esta quantidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, mensalmente, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal, desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

b
a

Parágrafo Segundo

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- III. período de referência da execução do objeto;
- IV. nome e número do CNPJ da **CONTRATADA**, cuja regularidade fiscal foi avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- V. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VI. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da **CONTRATADA**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VII. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- VIII. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- IX. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e
- X. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

Parágrafo Terceiro

Ao documento fiscal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- III. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal à **CONTRATADA** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

17
7**Parágrafo Sétimo**

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e a **CONTRATADA** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pela **CONTRATADA** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia 26/07/2016, data da Proposta (Anexo II do Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do índice IPCA/IBGE acumulado no respectivo período, sobre o preço referido na Cláusula Sexta.

Parágrafo Segundo

A revisão de preços, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/93, poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação da **CONTRATADA**, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- I. a **CONTRATADA** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão;
- III. com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e
- IV. o **BNDES** examinará o requerimento e informará à **CONTRATADA** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar a **CONTRATADA** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de

d
a

18
7

itens que compõem o custo, cabendo à **CONTRATADA** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;
- II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador do reajuste, ou a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou o encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
- III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- IV. caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o Contrato esteja encerrado, implicará renúncia ao reajuste e/ou à revisão.

Parágrafo Quinto

Se o processo de reajuste e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do Contrato, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da Proposta da **CONTRATADA** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:

- I. realizar negociação de preços junto à **CONTRATADA**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após o reajuste e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou
- II. rescindir unilateralmente o Contrato, mediante aviso prévio à **CONTRATADA**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no Inciso anterior.

Parágrafo Sexto

Na ocorrência da hipótese prevista no Inciso II do Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de reajuste e/ou revisão de preços até o término do Contrato, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.

F
A

19
7**Parágrafo Sétimo**

O reajuste de preços será formalizado por meio de apostilamento ao Contrato, ressalvada a hipótese em que tal evento coincidir com a prorrogação ou alteração contratual, quando será objeto de aditamento, ressaltando-se que, no caso de apostilamento, o resultado da análise do pedido de reajuste de preços será informado à **CONTRATADA** por meio de carta.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. cumprir, durante a execução do Contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas.
- III. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- IV. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- V. reparar, integralmente, todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- VI. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- VII. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **CONTRATADA**, quando optante do SIMPLES:
 - a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b) enquadrar-se em alguma das exceções previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VIII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- IX. guardar sigilo com relação ao objeto do Contrato, divulgando-as tão-somente quando expressamente autorizadas pelo **BNDES**, ou na medida necessária para a prestação dos serviços ora contratados;
- X. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a

f
4

20

adequada execução do Contrato;

- XI. designar 1 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, bem como 1 (um) substituto, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- XII. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo a **CONTRATADA** ser instada a intervir no processo; e
- XIII. ressarcir, desde que comprovada pelo **BNDES** à culpa exclusiva da **CONTRATADA**, quaisquer danos ou prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, decorrente da execução dos serviços contratados, bastando para tanto, comunicação por escrito, observando-se que:
- a) a realização ou não de quaisquer negócios jurídicos entre o **BNDES** e os seus clientes e eventuais perdas e danos que qualquer deles e/ou terceiros possam vir a pleitear, quer judicial, quer extrajudicialmente, não são responsabilidade da **CONTRATADA**;
 - b) ressalvada a hipótese de ter laborado com culpa exclusiva, a **CONTRATADA** não assume responsabilidade por perdas e danos que se originem das informações prestadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDUTA ÉTICA DA CONTRATADA E DO BNDES

A **CONTRATADA** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta em preceitos éticos e, em especial, na sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, a **CONTRATADA** obriga-se, inclusive, a:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares



- de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- IV. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** recomenda à **CONTRATADA** considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na internet (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe à **CONTRATADA** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação do serviço:

- 22
- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
 - II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
 - III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:
 - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
 - b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação do serviço objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e
 - c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;
 - IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;
 - V. apresentar, se o Gestor julgar necessário, antes do início da prestação do serviço, Termos de Confidencialidade assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e
 - VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seus representantes legais, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, José Magno de Melo Silva, que atualmente exerce a função de Gerente da AC/DERIF/GERIF1, a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- III. designar como substituta do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Luciana Campos da Natividade, também lotada na AC/DERIF/GERIF1;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e seu substituto, por outro

23
7

profissional, mediante comunicação escrita à **CONTRATADA**;

- V. fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a **CONTRATADA**

A
C

24
m

ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de até 10% (dez por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do Contrato;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração; e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à **CONTRATADA** a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

As sanções previstas nos Incisos III e IV desta Cláusula também poderão ser aplicadas nas

f
A

85
1

hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;
- II. por decisão do **BNDES**, em decorrência da caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, cometido pela **CONTRATADA** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual, e apurado pela autoridade competente, por meio do devido processo administrativo e/ou judicial;
- III. por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e
- IV. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o Contrato, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, ou do inciso II do *caput* desta Cláusula, a **CONTRATADA** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o Contrato o Termo de Referência, a Proposta da **CONTRATADA**, e o Termo de Confidencialidade, respectivamente, Anexos I, II e III ao presente Instrumento, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos, prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Segundo

Caso haja contradição entre os termos da Proposta da **CONTRATADA** (Anexo II) e do Termo de Referência (Anexo I), prevalecerá o estabelecido neste.

Parágrafo Terceiro

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Moreno Castilho Pereira Peralles, advogado do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 1º de novembro de 2016.

André Luis de B. Mendes
Chefe de Departamento
AARH/DEPAD

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES



LOPES FILHO & ASSOCIADOS CONSULTORES DE INVESTIMENTOS LTDA.

Testemunhas:

Nome/CPF: 152.308.094-86

Nome/CPF: 009.489.267-91

10º Serviço Notarial RJ Tab Claudio Antonio M. Souza 088559AC407025
A Nilo Pecanha nº 23 Centro Fone (021) 2524-5312
Pecanha: S. da Silva, S. da SENECHAÇA
LUIZ FERNANDO LOPES FILHO

Em test. da verdade Conf. por
Leandro Silva Vicente-Escrevante 94/14495
Rio de Janeiro, 04 de Novembro de 2016
Emolumento R\$ TJ+Fundo R\$ Total R\$ 6,68
EBUT37277-RSD
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

10º Serviço Notarial RJ
Leandro Silva Vicente
Escrevante Autorizado
Mat. 94/14495

27
7

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATO OCS Nº 493/2016

CONTRATO OCS Nº 493/2016
Nº SAP 4400002318

Moreno C. B. Peralles
Advogado
AJ/JUAARH/GE/JUAARH2



28
7

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1 – Objeto

Prestação de serviço de fornecimento de subsídios técnicos e consultoria em Mercado Financeiro e Instituições Financeiras em geral, abaixo descrito:

I - Análise Setorial - em cada relatório será efetuada uma análise do comportamento do setor bancário no trimestre enfocado (análise retrospectiva), assim como uma visão do trimestre em curso (análise prospectiva); a análise refletirá também a tendência dos segmentos bancário e não-bancário de acordo com as medidas tomadas pelo Governo Federal e Banco Central do Brasil. Nos meses intermediários o BNDES será informado a respeito das mudanças no setor bancário, que será encaminhado ao BNDES, no início de cada mês, por mensagem eletrônica;

II - Planilha de Classificação - conterá as instituições definidas pelo BNDES, mediante simples aviso escrito, classificadas conforme o porte e avaliadas segundo três óticas: i) o ranking das instituições selecionadas pelo BNDES em relação à amostra de bancos constantes da sua carteira de clientes ii) a avaliação quantitativa (mediante indicadores), do risco individual de cada instituição selecionada pelo BNDES; e iii) a avaliação qualitativa, textual, de problemas que podem modificar a atual situação de cada instituição selecionada pelo BNDES;

III - Consulta de Instituições - Poderão ser consultadas, por meio do acesso à Internet, mediante senha, as informações sobre as instituições financeiras pertencentes à carteira de bancos da Prestadora do serviço. Adicionalmente, haverá um acompanhamento ininterrupto e detalhado de cada instituição selecionada, de tal forma a considerar qualquer alteração relevante que implique atualização das informações sobre o Mercado Financeiro e Instituições Financeiras em geral.

IV - Consultoria permanente sobre assuntos pertinentes ao mercado financeiro e aos bancos selecionados pelo BNDES, incluindo trabalhos personalizados em parceria constante com o BNDES.

2 – Prazo do Contrato

O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com a possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses.

3 – Locais de execução do objeto

h
d

Sede, representações e escritórios do BNDES no Brasil e da Prestadora do Serviço

4 – Condições de pagamento

O pagamento será efetuado pelo BNDES mensalmente, contra a apresentação da fatura relativa à efetiva utilização dos serviços contratados, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação da mencionada fatura, pelas consultas e serviços prestados no referido mês, ficando condicionado o pagamento à aprovação do cumprimento dos serviços contratados pelo(s) Gestor (es) do Contrato.

5 – Equilíbrio Econômico Financeiro

O BNDES e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pela CONTRATADA a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado da data da Proposta e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado no respectivo período sobre o preço.

A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/93, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no contrato,

Independentemente de solicitação, o BNDES poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado ou dos itens que compõem o respectivo custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pelo BNDES.

6 – Penalidades

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de até 10% (dez por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do Contrato, para o descumprimento de outras obrigações contratuais; e

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, por prazo não superior a 2 (dois) anos apurado em razão da natureza e gravidade da infração cometida.

7 – Obrigações gerais da CONTRATADA

Manter, durante a vigência do contrato, todas as obrigações exigidas para a sua contratação, comprovando, mensalmente e sempre que solicitado pelo BNDES, à regularidade perante a Receita Federal, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, a Seguridade Social, assim como em relação às demais exigências contratuais.

Cumprir, durante a execução do Contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas.

Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor(es) do contrato.

Guardar sigilo com relação ao objeto do contrato, divulgando-as tão-somente quando expressamente autorizadas pelo BNDES, ou na medida necessária para a prestação dos serviços ora contratados.

Designar 1 (um) empregado e 1 (um) substituto como responsáveis pelo contrato, para participarem de eventuais reuniões e serem os interlocutores da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento do objeto do contrato.

Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional, cumprindo todas as determinações do BNDES.

Ressarcir, desde que comprovada pelo BNDES à culpa exclusiva da CONTRATADA, quaisquer danos ou prejuízos causados ao BNDES ou a terceiros, decorrente da execução dos serviços contratados, bastando para tanto, comunicação por escrito, observando-se que:

- a) a realização ou não de quaisquer negócios jurídicos entre o BNDES e os seus clientes e eventuais perdas e danos que qualquer deles e/ou terceiros possam vir a pleitear, quer judicial, quer extrajudicialmente, não são responsabilidade da CONTRATADA;
- b) ressalvada a hipótese de ter laborado com culpa exclusiva, a CONTRATADA não assume responsabilidade por perdas e danos que se originem das informações prestadas.

8 – Rescisão do Contrato

O contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- b) Por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; e
- c) Por via judicial, nos termos da legislação.



Classificação do documento: ostensivo
Unidade gestora: AJ/JUAARH
Classificação conforme OS PRESI nº 01/2015 – BNDES

32
W

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA

CONTRATO OCS Nº 493/2016

CONTRATO OCS Nº 493/2016
Nº SAP 4400002318

Moreno C. P. Peralles
Advogado
AJ/JUAARH/GEJUAARH2

✓

A

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2016

Nome da Empresa: Lopes Filho & Associados Consultores de Investimentos Ltda

CNPJ: 29.511.508/0001-36

Contato: José Carlos Ricci Leite

Telefone: 21-2272.9612 / 2272.9602

E-mail: comercial@lopesfilho.com.br

Ref.: S/CT AC/DERIF 022/2016

PROPOSTA COMERCIAL

1) OBJETO:

Prestação de serviços especializados de fornecimento de subsídios técnicos e consultoria em Mercado Financeiro e Instituições Financeiras em geral através do nosso **Sistema de Classificação de Risco Bancário - RISKbank®**.

a) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

- Um relatório trimestral dos bancos selecionados, com uma avaliação técnica do risco da instituição, bem como seu perfil atualizado. Adicionalmente à classificação trimestral, há um acompanhamento ininterrupto e detalhado de cada banco e, quando ocorrer qualquer alteração relevante que sugira troca de posição no **RISKbank®**, é considerada e a classificação é refeita;
- Anexo ao **RISKbank®** segue, a cada trimestre, uma breve análise do setor financeiro, com comentários retro e prospectivo de interesse. Nos meses intermediários o cliente será informado a respeito das mudanças no setor bancário através do Boletim **RISKbank®**, o qual seguirá no início de cada mês via fax ou e-mail;
- Os clientes contam com uma **CONSULTORIA EXCLUSIVA E PERMANENTE** sobre assuntos pertinentes ao mercado financeiro e aos bancos de sua amostra. Este serviço inclui também trabalhos personalizados em parceria constante com o Cliente **RISKbank®**;
- As análises do **RISKbank®**, tanto a objetiva, que fornece o índice Riskbank para cada instituição, quanto a subjetiva, que focaliza fatores não contábeis, podem ser utilizadas na determinação de limites operacionais para aplicações nos bancos, visando atender a necessidade de cada cliente.

2) VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

- Manutenção: R\$ 737,01 (setecentos e trinta e sete reais e um centavo);
- Por banco selecionado: R\$ 14,62 (quatorze reais e sessenta e dois centavos);

- Valor Total Mensal dos Serviços para amostra completa, até 80 bancos, incluindo manutenção e análise das Instituições Financeiras: R\$ 1.906,61 (hum mil, novecentos e seis reais e sessenta e um centavos);

3) REAJUSTE

Os valores constantes nesta proposta foram reajustados em 8,84%, referente ao período de julho/2015 a junho/2016, conforme Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e publicado pelo IBGE, apurada sobre a moeda nacional.

4) AUTORIZAÇÃO

Informamos a não necessidade de autorização das Instituições Financeiras analisadas a divulgação das Classificações de Risco elaboradas por nossa Consultoria.

5) RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS CLIENTES

- Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
- Itaú-Unibanco
- BMF Bovespa
- Banestes – Banco do Estado do Espírito Santo S/A
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- FAPES – Fundação de Assist. e Previdência Social do BNDES

6) NOTÓRIA ESPECIALIDADE:

De acordo com a descrição acima, fica caracterizado a notória especialidade de nossa empresa que a Lei 8.666/93, em seu inciso II do artigo 25, combinado com o artigo III, modificada parcialmente pela Lei 8.883/94 de 08/08/1994 e pela Lei 9.648 de 27/05/1998, que permite a inexigibilidade da licitação.

Estamos a seu dispor para quaisquer informações adicionais,

Cordialmente,

José Carlos Ricci Leite
José Carlos Ricci Leite
Lopes Filho & Associados

EXATAS
Moreno Castello Pereira Peralles
Advogado

35
7

ANEXO III – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

CONTRATO OCS Nº 493/2016

CONTRATO OCS Nº 493/2016
Nº SAP 4400002318

Moreno C. P. Peralles
Advogado
AJ/JUAARH/GEJUAARH2

7

ANEXO III - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO**REPRESENTANTE LEGAL**

LOPES FILHO & ASSOCIADOS CONSULTORES DE INVESTIMENTOS LTDA., por intermédio de seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº 493/2016, celebrado em 01/11/2016, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

Moreno C. P. Peralles
Advogado
AJ/JUAARH/GEJUAARH2

- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 493/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 493/2016, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 493/2016, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 493/2016, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido

Moreno C. P. Peralles
Advogado
AJ/JUAARH/GEJUAARH2

por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

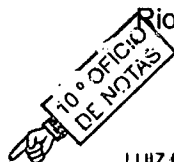
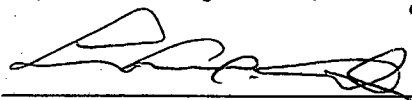
CLÁUSULA OITAVA

O **RESPONSÁVEL** se compromete no âmbito do Contrato objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das cláusulas do **Termo de Confidencialidade para Profissionais Terceirizados**, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº 493/2016.

De acordo,

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2016.

Representante Legal da Empresa:



LUIZ FERNANDO LOPES FILHO
Sócio Administrador

Nome: _____ Cargo/Função: _____

CPF: 009.600.557-20 Documento de Identidade (número, data, emissor):
01.630.564-1 - 16/06/2005 - DETRAN

Telefone: 222.9601 E-mail: COMERCIAL@LOPESFILHO.COM.BR



Moreno C. P. Peralles
Advogado
AJ/JUAARH/GE/JUAARH2